

Acta n.º.04

Aos **vinte e quatro** dias do mês de **Fevereiro**, do ano de dois mil e seis, pelas 09h30, teve lugar, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, de cuja convocatória, datada de sete do mesmo mês, constavam da Ordem de Trabalhos os seguintes pontos:

I – Período de “antes da ordem do dia”.

II – Período da “ordem do dia”, com os seguintes pontos:

- 1º. Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara Municipal.**
- 2º. Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Municipal para o mandato em curso.**
- 3º. Informação da actividade desenvolvida no âmbito da Comissão Municipal Multidisciplinar Integradora.**

III - Período de intervenção do público.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Mesa, Jorge Gama**, deu início aos trabalhos e, após saudação protocolar, informou que, dentro de pouco tempo, no público estaria um grupo de alunos do curso de Gestão Autárquica da ETAP, acompanhados pelo professor Paulo Alves Disse considerar esta iniciativa muito bem enquadrada e adequada. De seguida, deixou uma nota de regozijo e de felicitação pela passagem do XX aniversário do Coral Polifónico São Teotónio, e também pela brilhante maneira como decorreram as festividades de São Teotónio. Salientou os momentos mais importantes que, a seu ver, foram o da apresentação do livro do senhor Major Pereira de Castro: “Valença e a Revolta dos Marechais”, que já teve a oportunidade de ler e que considera muito esclarecedor sobre o papel, naquela época, desta Praça-forte; e o da assinatura do protocolo que põe Valença no quadro das cidades e vilas com “Mobilidade para Todos”. Elogia ainda a forma como decorreram os Domingos Gastronómicos, pensando que, à luz do testemunho de hoteleiros envolvidos na iniciativa, o saldo foi muito positivo. Por último, refere ainda que, no período que mediou entre a anterior e esta sessão, nem tudo foram alegrias, pois infelizmente houve colegas que foram fustigados por fortes desgostos.

Seguidamente, e após a **1ª Secretária, Anabela Rodrigues**, ter feito a leitura do resumo da correspondência recebida e expedida, procedeu-se à discussão da Acta n.º.03, intervindo **João Dias** para referir que, na sua abordagem aos problemas em Favais, apenas dissera que se tratava de um problema herdado, e não, como está escrito, “herdado do executivo anterior”. Tendo a Mesa procedido à correspondente rectificação, procedeu-se à votação que, num universo de 37 votantes, registou 04 abstenções (Luís Amorim, Luís Correia, Vitor Rodrigues e Armando Carvalho, com a declaração de que não estiveram presentes na última sessão). **Aprovada por maioria.**

De seguida, subscrito pelos membros da Assembleia Municipal, foi aprovado um Voto de Pesar, com o seguinte texto:

“A solidão do homem é apenas o medo da vida”.
Eugene O’Neill

Impõe-se a expressão da nossa solidariedade amiga à cruel mágoa dos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia: de Taião, pelo extemporâneo falecimento de seu irmão, **Cândido Teixeira Andrez**; e, de Friestas, pela infausta recente perda de seu pai, **José António Lopes Álvares da Cunha**.

Aos Senhores Mário Teixeira Andrez e Manuel de Oliveira Álvares da Cunha e a suas famílias enlutadas, apresentam-se sentidos respetos, condolências e pêsames.

A Mesa da Assembleia Municipal de Valença e os demais membros signatários, propõem a aprovação deste singelo, mas assertivo, VOTO DE PESAR. (Valença, 22.02.2006.). E foi guardado **UM MINUTO DE SILÊNCIO**.

Logo após, o **Presidente da Mesa** dá as boas vindas aos recém chegados alunos do Curso Técnico de Gestão Autárquica da ETAP, bem como ao professor que os acompanha. Diz que a sua participação irá ser, com certeza, produtiva e enriquecedora. Recorda que, de acordo com o Regimento deste Órgão Autárquico, haverá um momento dedicado à intervenção do público e que, então, ficaremos todos encantados se quiserem colocar questões.

Período destinado às intervenções políticas e às interpelações ao presidente da Câmara Municipal.

Inicia este ponto **Isabel Andrês**, que começa por cumprimentar o senhor presidente da Câmara pelo facto de

estar a fazer um trabalho de preservação e conservação das nossas muralhas e de diligenciar no sentido de que o nosso património cultural esteja bem conservado, bem preservado. Informa que, no entanto, na freguesia de Cerdal há uma Ponte, de características Romanas, na qual foi colocada uma vedação que nada tem a ver com preservação de Património Cultural. Chama a atenção para este caso e solicita ao Presidente da Câmara que repare o mal que foi feito. Seguidamente, chama também a atenção para o facto de, na obra de alargamento do cemitério, não se ter contemplado as necessidades de acesso a pessoas com dificuldades, nomeadamente com deficiências motoras. Salienta ainda a necessidade de se olhar para os bairros sociais que necessitam de manutenção. Estes mostram falta de conservação e algumas carências ao nível das acessibilidades e de espaços para “as pessoas mais jovens e menos jovens.”

Segue-se **Armando Carvalho**, que começa por perguntar o que é que a Câmara apurou sobre a questão levantada na sessão anterior, pelo representante da CDU, relativamente ao desaparecimento das vigas do tecto e à destruição de uma casa de banho, aquando do trespassse de uma Casa Abobadada das Portas do Meio.

Pergunta também se já há alguma resposta sobre o processo 13, que foi outro assunto levantado pela CDU no último plenário. Na altura, o Presidente da Câmara respondeu que não tinha presente pois a Câmara não tem só um processo. No entanto, e porque se trata de uma construção licenciada, ou, pelo menos, parcialmente licenciada, que foi impugnada por um vizinho, e tendo o Tribunal Administrativo anulado o licenciamento, gostaria de ter uma resposta. Diz ainda que este processo 13 se reveste de uma característica muito interessante pois, tanto quanto se conseguiu aperceber, vai haver muitos “processos 13”, porque, pelos vistos, “está na calha uma série de condenações do Tribunal Administrativo sobre obras que foram indevidamente licenciadas, o que vai corresponder à sentença de demolição de partes construídas”. Diz que gostaria de saber o que a Câmara vai fazer, “não só em relação à protecção das pessoas que ficam detidas neste conflito de terem uma obra licenciada e de terem que a demolir por erro de licenciamento, mas também que consequências vai ter internamente porque trata-se de dois tipos de responsabilidade: a responsabilidade técnica de quem licenciou, aparentemente mal, e a responsabilidade política de quem rectifica os licenciamentos, nomeadamente ao nível dos pelouros”.

Aduzindo, de seguida, ter tido conhecimento, pela imprensa, que a Ministra da Educação prossegue com a ideia de fechar escolas com menos de vinte alunos e que só no distrito de Viana do Castelo oitenta e duas serão fechadas, pergunta como será a situação do concelho de Valença. Salienta as situações vividas nas escolas de Boivão e São Pedro da Torre em que, na primeira, e uma vez que só tem dez alunos, se for fechada os alunos serão integrados na escola em Verdoejo, que não tem cantina; e, na segunda, existem problemas com os transportes desde que foram incrementadas ao horário escolar as aulas de inglês. Acrescentando que o Boletim da ANMP refere que o Ministério da Educação planeou, juntamente com as Câmaras Municipais, os passos a dar, até ao fim de Janeiro, para efectuar a Carta Educativa há tanto esperada, manifesta o desejo de que o ou os membros que temos no Conselho Municipal de Educação, apresentem um relatório a este plenário no sentido de explicar que “passos é que têm sido dados da parte de Valença nesse sentido”.

Prossegue a sessão, com a intervenção de **Elisabete Viana**, que de seguida se transcreve: “O problema que venho expor, não só traduz a preocupação da Junta de Freguesia de Arão mas traduz principalmente a revolta da população. Mal chove e a freguesia é inundada por saneamento, e não estou a falar do saneamento de Favais, que voltou a sair, nem do saneamento das Fontainhas que tem o alcatrão todo destruído; falo do saneamento que transborda, a céu aberto pela rua do Regueiro, junto ao tanque da Rapadoura e à Capela do Senhor do Alípio. E o que nos revolta ainda mais, é que este saneamento não é da freguesia de Arão, vem de outras freguesias, pois a parte alta da nossa freguesia não tem saneamento.

No passado domingo, um grupo de peregrinos do Caminho de Santiago, perguntavam se era possível no século XXI, ver o saneamento correr pelo caminho. Um deles prometeu voltar, dizendo que tomará providências, pois não se pode poluir o ambiente, como acontecia naquele momento.

A Junta já não sabe o que mais fazer. Já alertou várias vezes para o problema, mas realmente achamos que já chegou o momento de dizer basta. Há quem diga que num mês soluciona o problema. Nós apenas pedimos, senhor Presidente, que reuna os técnicos, que vejam o problema e que o solucionem, senão o povo tomará, pode ter a certeza, outras soluções e serão mais drásticas, pois como se pode verificar no lugar, a relva já desapareceu, os passeios estão destruídos, estão cheios de porcaria e até os carros têm dificuldade em passar, pois o piso fica escorregadio, e já são inúmeras as vezes que os bombeiros vão lavar a rua a pedido da Junta e até do senhor vereador Covas. Por isso, senhor presidente, pedimos-lhe que solucione o problema porque é um assunto muito grave.”

Seguidamente, sobe à tribuna o membro **José Nogueira**, que diz: “Permitam-nos, antes do mais, deixar uma palavra de incentivo para o nosso Boletim Municipal. A qualidade que atenteia, alicerçada em diversas distinções, é motivo de orgulho para todos e cada um de nós. O seu último número, então e a nosso modo de ver, é dos mais conseguidos ao, com o costumeiro rigor e isenção, entre o mais, devidamente assinalar o que se pretende para Valença e para os Valencianos e dar conta do muito que já se fez e vem sendo feito. À equipa redactorial, colaboradores e Director as nossas felicitações.

Nesse Boletim Municipal, sob o título “Consolidar Valença – crescer com sustentabilidade”, o Dr. José Luís Serra subscreve editorial onde, logo *ab initio*, salienta que a conclusão da requalificação da Praça Forte e a recuperação dos seus edifícios emblemáticos é um dos objectivos prioritários para os próximos quatro anos. Não se nos afigurando como inocente o ter sido colocado “à cabeça” das prioridades dos projectos / realidades a implementar e concretizar, mostra-se pertinente uma, necessariamente sucinta, reflexão sobre este tema. Cada canto e recanto da nossa Fortaleza

Assembleia Municipal – Acta n.º 4
Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 2006

transpira e conta uma história. É história viva. Sobre os espaços públicos em recuperação, sobre os edifícios emblemáticos, propriedade municipal (ou em vias de aquisição) há rumo traçado, a curto / médio prazo. Mas a Praça-forte, o núcleo urbano (residencial, comercial e de serviços) é, essencialmente, pertença de particulares. A intervenção urbanística em curso é, tem de ser, indissociável das “casas”. A racionalização de espaços, a malha de largos, ruas e vielas, refeitas e a refazer, muito ganharia com a participação e envolvimento dos proprietários na recuperação do casario secular e na modificação de algumas traças hodiernas, por forma a valorizar o grande investimento que a edilidade, para bem de todos nós, fez / faz projectar e executar.

O investimento autárquico tem de funcionar como indutor da renovação privada, como motor e pólo aglutinador das vontades e querereres dos particulares em, também eles, contribuírem para ver preservado e bem recuperado o que de bom e bonito temos.

Defendemos um conceito de património vivido e assumido, sujeito a recuperação sustentável, mas sem esvaziar de vida e actividades o núcleo urbano.

Assim, *maxime*, há que envolver os habitantes, arrendatários e proprietários numa estratégia concertada de conservação do património urbano particular num plano de reconversão / consolidação do edificado em vista da história colectiva da “vila”.

Afigura-se pertinente proceder ao levantamento do estado actual de todos os edifícios da Praça-forte e das necessidades de intervenção.

Cada “casa” deverá ser encarada como um caso único, uma mais valia – tendo em atenção o rigor técnico pela história e pelo local. Trata-se de transformar sem destruir ou reproduzir. O restauro e renovação em obediência ao estilo arquitectónico antigo pode e deve ser assumido como uma missão colectiva, integrando a modernidade / contemporaneidade por forma a alcançar-se a homogeneidade e unidade estéticas.

Porém, não pela via de “obrigação” – antes pelo exemplo público e pela mudança de mentalidades. Se queremos atingir o patamar de Património da Humanidade este também deverá ser um dos caminhos a seguir. Exemplo é o Centro Histórico de Guimarães. Aí, não se obrigou a retirar alumínio: mostrou-se a qualidade das caixilharias bem executadas em madeira. Deu-se apoio e ofereceram-se desenhos, incluindo alternativas, aos projectos indeferidos. Acompanhou-se, fiscalizou-se e controlou-se, em todos os parâmetros as obras privadas. As intervenções eram regulamentadas, em contacto com os proprietários e para sugerir, tirar dúvidas e, até, para gerir fundos e financiamentos, harmonizando-se as vertentes sociais e arquitectónicas. Um centro histórico não tem de ser parado no tempo, antes um local vivo e aberto.

A nossa sugestão senhor Presidente, Câmara Municipal: traçar directrizes em vista de actividade envolver os particulares aludidos no grandioso Projecto de Requalificação e Recuperação da Praça-forte, gerando sinergias e promovendo obra em função de matrizes propugnadas.”

Intervém, de seguida, **João Dias**, que chama a atenção para o facto de quem entra em Valença, pela Ponte Internacional nova, não encontrar uma placa de informação que indique o Centro de Saúde; e de que o mesmo se passa desde a rotunda do Largo da Trapicheira até à avenida dos Bombeiros Voluntários. Crê que esta é uma situação grave, pois as pessoas podem ter de recorrer ao hospital e não encontram placas que informem o caminho a seguir. Assim sendo, solicita que as mesmas sejam colocadas. Chama também a atenção para as passadeiras que estão por pintar nos semáforos junto ao restaurante “Zé Maria”, e para a identificação da Avenida que está diferente das restantes.

Deixa ainda um alerta sobre as obras de requalificação da Coroada, e pergunta se nestas irão estar contempladas intervenções interiores e exteriores. Solicita que, como é uma pessoa que gosta de defender o nosso Património Histórico, e sabendo que no interior do Paiol da Coroada estão sepultados um comandante desta Praça Forte, com o nome de João Vitória Miron de Sabione, e, mais a poente, a sua filha, se tenha em atenção estes factos aquando das intervenções. Conta ainda que este senhor que aí foi sepultado em 1810, foi também professor dos oficiais e cadetes do regimento de artilharia de Valença.

Logo a seguir, intervém **Manuel Lopes**, que começa por felicitar ter-se cumprido o feriado municipal e os estabelecimentos comerciais não terem aberto.

Chama a atenção para o facto de, na Avenida Tito Fontes, existir um sinal que proíbe o estacionamento o que considera justo. No entanto, não concorda com o facto de não se ter em atenção o facto de lá existirem muitos estabelecimentos comerciais, logo haver necessidade de estacionar para cargas e descargas. Não considera justo que se multe quem lá necessita parar por esse motivo. Ainda sobre sinalização, chama a atenção para os sinais existentes junto às Cortinas de S. Francisco que são pouco esclarecedores sobre onde se pode estacionar sem estar a infringir a lei.

Alerta ainda para o facto de no cruzamento da Urgeira / Merendola, os condutores acelerarem, apesar de ser um cruzamento com fraca visibilidade para quem sai da freguesia de Ganfei, o que leva a que já lá tenham ocorrido alguns acidentes. Sabe que o IEP pintou as barras de desvio de direcção no centro da estrada, mas, não obstante essa melhoria, questiona se há algo mais que se possa fazer, como, por exemplo, colocar uma placa de redução de velocidade ou bandas sonoras. Solicita ao senhor presidente que interceda junto do IEP nesse sentido.

Usa da palavra o **Presidente da Câmara**, que começa por se alegrar pela presença dos alunos da ETAP e dizer que espera que no final desta sessão tenham uma imagem positiva dos políticos deste país. Seguidamente, em resposta às questões levantadas, começa por dizer ao membro **Isabel Andrês** que agradece o facto de o ter informado sobre a ponte de Cerdal e que irá averiguar qual é a situação e que a informará das diligências que tomar. Sobre a questão do alargamento do cemitério, em Cerdal, diz que há com certeza uma falha, nomeadamente da equipa projectista, e que se

Assembleia Municipal – Acta nº.4
Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 2006

ainda se for a tempo a situação será corrigida. Relativamente à questão da conservação dos bairros sociais, concorda que realmente a imagem dos mesmos não é a melhor e que, apesar de surgirem constantemente problemas relacionados com a titularidade das casas e com questões relativas às empreitadas em que há responsabilidades repartidas, tem de se arranjar um programa de forma a pôr em prática a manutenção dos mesmos.

De seguida, e em resposta ao membro **Armando Carvalho** sobre a questão da Casa Mata da Coroada, refere que, não só nesta, mas em várias, apuraram-se uma série de situações ilegais como construções de casas de banhos, chaminés partidas, colocação de exaustores, entre outras. O que a Câmara pretende é demolir o que está ilegal e pôr as Casamatas como estavam originalmente. Informa ainda que, no que diz respeito às vigas, também estas não faziam parte da casamata original.

Sobre o processo nº.13, refere que actualmente a competência do licenciamento das obras particulares não está consigo, está delegada no vereador Dr. Fernando Rodrigues. Tem consciência de que em muito melhorou o processo de licenciamento de obras particulares da Câmara de Valença, pois sempre chamou e chama à atenção para os serviços serem cuidadosos com os licenciamentos, inclusive os de obras consideradas em termos de impacto urbanístico. Este processo é um processo que efectivamente teve uma decisão judicial que vai no sentido da demolição, e, como tal, tem de se cumprir essa decisão. A autarquia, apesar do licenciamento não ser do seu mandato, tem de assumir as suas responsabilidades.

Sobre o encerramento das escolas, refere que estão previstas encerrar as escolas de Boivão, Bade, Silva e Cristêlo-Côvo. Informa ainda que solicitou uma reunião, para a próxima segunda-feira, com a directora da DREN, porque há três municípios do Vale do Minho que ainda não têm a Carta Educativa concluída, que são Monção, Valença e Vila Nova de Cerveira. Considera que esta reunião é necessária também porque há falta de comunicação com o Governo, tal como já referiu outras vezes, principalmente no que diz respeito ao reordenamento do Parque Escolar. Diz que interessa saber não só quais as escolas que encerram, mas sim a metodologia aplicada para o seu encerramento. É importante clarificar se houve uma avaliação de para onde vão os alunos, se há transportes, se há cantinas, entre outros pontos relevantes e problemáticos. Diz ainda não defender para Valença a metodologia utilizada em Paredes de Coura, pois cada caso é distinto e como tal deve ter soluções distintas. Acrescenta também que irá ser necessário alargar, em termos de capacidade física, a escola de Valença, o que não quer dizer, no entanto, que defenda que se deve concentrar tudo na vila em detrimento das freguesias, pois tão mau como uma escola com quatro ou cinco alunos é uma escola com excesso de alunos. Tem de se encontrar um equilíbrio e ter uma rede escolar que não só funcione hoje, como tenha condições para funcionar a médio e longo prazo.

Sobre a questão levantada por **Elisabete Viana**, refere saber que é um problema efectivo em Arão. Percebe o facto de a mesma estar preocupada, bem como os restantes habitantes desta freguesia, no entanto pede compreensão pois para este problema ser resolvido tem de se proceder a um levantamento total de todo o saneamento de Arão, pois o que foi feito foi com base em “palpites”. E o mesmo não pode acontecer quando há freguesias que ainda não têm saneamento. Acrescenta que tomar a decisão política de avançar para a resolução deste problema não é fácil e até porque a capacidade de investimento não é assim tão flexível. Informa que em primeiro lugar arrancará a freguesia de Ganfei que, na sua opinião, deveria ter tido o saneamento há muito tempo.

Relativamente à intervenção de **João Dias** diz ter registado todas as sugestões e que, no que diz respeito à sinalética, nomeadamente na Ponte Internacional, duvida que seja possível colocar este tipo de sinalização pois há legislação própria do IEP. Informa ainda que o padrão da sinalética dentro da área urbana está a ser normalizado, foi retirado devido às obras mas será recolocado em breve.

Sobre a questão da avenida Titto Fontes, levantada por **Manuel Lopes** diz que se trata duma estrada nacional e que, apesar de ter sido transferida, em protocolo, para a autarquia, continua classificada como estrada nacional e, portanto, tem de respeitar as regras das estradas nacionais. Pode-se, no entanto, questionar o IEP se efectivamente é possível abrir uma excepção para as cargas e descargas e, se assim for, parece-lhe correcto alterar o regulamento. Chama, no entanto, à atenção para o facto de se tratar de uma excepção para que depois “ não passe a regra”. Sobre as Cortinas de São Francisco diz que irá verificar pois não fazia ideia dessa questão. Para concluir, diz que irá consultar o IEP para ver se as bandas sonoras poderão ser solução para a questão do cruzamento da Urgeira.

De seguida, o **Presidente da Mesa** fez a comunicação das presenças, registando-se a ausência do membro **Manuel Cunha**, Presidente da Junta de Freguesia de Friestas, fazendo-se substituir pelo senhor **Luís Filipe Correia**. Estiveram presentes os vereadores **Manuel Domingues, Fernando Rodrigues, Joaquim Covas e Aurélia Correia**.

■

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º Ponto - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara Municipal. (ANEXO I)

Inicia este ponto o membro **Salustiano Faria** que diz: “A minha intervenção aqui hoje é mais uma intervenção política e irá fugir, certamente, àquele apelo que foi feito ao senhor Presidente da Câmara em relação aos alunos, que hoje assistem à mesma.

Tem a ver com a última intervenção que fez o senhor Alberto Vilas, que só lhe faltou trazer os braços estendidos com duas pombas brancas na mão, a pedir quase paz, como se aqui vivêssemos actualmente num Texas. Realmente, infelizmente esta casa já funcionou como o Texas, mas de há uns anos a esta parte essa situação felizmente acabou. Tentou dar aulas de boa educação e partiu logo mal para esta aula de boa educação quando por palavras bonitas

Assembleia Municipal – Acta nº.4
Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 2006

citou a minha pessoa sem me ter posto o nome. Entendemos que vivemos num país livre há mais de trinta anos e, quando se tem que colocar alguma coisa é bom dizer o nome das pessoas, não é estar ali sentado e para trás ouvi este recado é para o Salustiano Faria. A pessoa não adivinhou, acertou que foi para o Salustiano Faria, portanto quando pretendemos dar lições de boa educação a primeira coisa a fazer é citar o nome da pessoa. O senhor Vilas está preocupado que as pessoas não sejam prejudicadas no aspecto profissional e familiar. Eu peço ao senhor Vilas que diga se alguma vez o grupo do Partido Socialista atacou profissionalmente ou familiarmente fosse quem fosse. Não! O que se passou foi ao contrário e eu vou já chegar aí. O contexto do galinheiro onde o senhor Alberto Vilas omitiu o meu nome, não disse em que contexto essas palavras foram ditas, eu disse-o aqui neste local, realmente falei no poleiro, nos galos e nas galinhas, foi pena que ele não tivesse dito em que contexto estas palavras foram proferidas. Foi quando o senhor major Pereira de Castro ganhou uma Câmara Municipal com uma maioria absoluta e aos poucos e poucos começou a sentir que ia perdê-la. Dou um exemplo agora, imaginem que o Dr. Serra ganha por uma maioria absoluta e amanhã nota que o senhor Covas está a tentar tirá-lo da cadeira. Foi isto que o senhor Major sentiu, e para acabar com aquilo que ele estava a sentir resolveu dar meios tempos e tempos inteiros. E eu, na minha intervenção discordei dizendo que o senhor Major não estava a fazer aquilo porque tivesse necessidade dos vereadores, mas sim porque sentia que os galos estavam a estrebuchar muito no capoeiro e era uma maneira de pôr paz no galinheiro, portanto foram estas as palavras que eu disse e neste contexto. E a razão estava do meu lado, pois o Major Pereira de Castro chegou ao final do mandato sem poderes nenhuns. Tenho também de dizer, em abono da verdade, que o senhor Alberto Vilas nunca desalinhou do senhor Major Pereira de Castro. Mas o que é certo é que os vereadores do PSD retiraram essa confiança ao senhor Major Pereira de Castro. Ainda hoje não está esclarecido, como é que o Lidl foi construído naquele local contra a vontade do senhor Major Pereira de Castro, que era o presidente da Câmara Municipal.

Agora quando o senhor Alberto Vilas vem com estes resenhos todos e ele já se esqueceu que quando o Dr. Mário Pedras perdeu o mandato e o senhor Armando Costa veio para Presidente desta Câmara, nestas reuniões da Assembleia Municipal para não se ouvir a voz do senhor Armando Costa os elementos do PSD daquela altura, isto não é para esta juventude mas é para saberem o que se passava, vinham para aqui assobiar e bater com os pés no chão. Já com o senhor Major Pereira de Castro como presidente desta Câmara, ele deu uma conferência de imprensa na Pousada e o senhor Alberto Vilas sabe o que é que aconteceu numa Assembleia Municipal lá em baixo no colégio, que foi preciso intervir a GNR, porque o grupo do PSD juntamente com a Câmara não se entenderam com o presidente da Assembleia Municipal não se entenderam com o presidente da Câmara, aquilo foi uma confusão tremenda que hoje seria um mau exemplo para estes alunos que aqui estão. Isto passou-se com o grupo do PSD em todas as situações. Vão buscar as actas desde 1974 e veja se alguma vez o comportamento do grupo do PS não foi educado aqui, a nós ninguém nos dá lições de educação, porque sempre a tivemos, o passado é que conta precisamente o contrário. Portanto, eu deixo aqui uma recomendação ao senhor Alberto Vilas, quando tiver que citar alguém, quer seja o Salustiano Faria ou alguém do PS, que venha com papéis para a frente e prove o contrário, que eu vou-lhe já mostrar a educação, porque o assobio está enraizado no PSD, não está no PS, eu aqui ouvi muitos do PSD e lá em baixo, mas não fomos nós que assobiamos porque realmente é uma coisa que está enraizada no PSD mas isso diz respeito ao PSD, não diz respeito ao PS.

Outra questão, quem falar com o senhor major Pereira de Castro que lhe pergunte, porque às vezes podem pensar que eu estou a vender gato por lebre, porque é que ele hoje se sente um homem traído nesta Câmara, quem foi que o traiu! E volto a repetir em abono da verdade, porque nós socialistas falamos a verdade, o senhor Vilas sempre foi “fiel” ao senhor Major Pereira de Castro, foi o único vereador que se manteve do lado dele, é por isso que eu não entendi esse tipo de discurso quando nunca ninguém do PS foi buscar a vida privada e familiar fosse de quem fosse, mas no entanto isso aconteceu no grupo do PSD. E como eu estava a dizer, como estava enraizada no PSD os assobios, mas isso é um problema do PSD, eu não tenho nada a ver com a vida do PSD, já assisti a muitos congressos do PS nunca vi nada daquilo e cada um rege a casa como entende. E para provar o que eu digo, remeto-vos para uma revista do Expresso, porque hoje nos computadores é fácil fazer montagens, e remeto-vos para uma fotografia que veio no Expresso em Fevereiro de 2000 e diz assim: o partido assim não vai a lado nenhum (Durão Barroso), vejam quem é a pessoa que está assobiar, eu ofereço ao senhor Vilas para pôr lá num quadro, no local que ele entende que deve colocar. Portanto está enraizado o assobio e não é no PS, é no PSD.”

Intervém, de seguida, o membro **Santos Silva**, que começa por dizer que tentará distender um bocadinho o ambiente, introduzindo uma intervenção calma. Saudou a “parcimoniosa edição do Boletim Municipal” já aqui referida, e muito bem, pelo senhor Dr. Nogueira, a quem aproveita para dizer que o senhor Presidente da Câmara não gosta muito da palavra “sustentabilidade”. Agradece-lhe o facto de o “obrigar” a fazer uma segunda leitura, com a sua intervenção sobre o boletim municipal. Diz ter constatado que, no boletim, é referida na página 52, no que respeita à reunião do Executivo, de 16 de Dezembro de 2005, que foi aprovada a abertura de comércio no feriado municipal, quando este coincide com o sábado ou domingo e que isto poderá explicar o facto de, teimosamente, alguns estabelecimentos comerciais terem aberto as suas portas no início da manhã do dia 18. Tendo sido, registe-se positivamente o facto, mandados imediatamente encerrar. E pergunta se esta situação não seria evitável com a devida, necessária e atempada publicação da discussão nesta Assembleia sobre o assunto, tudo indicando que não ia ser autorizada a alteração no artigo 6º do respectivo regulamento municipal, o que aliás motivou a retirada da proposta por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença. Acrescenta que, em política, as meias verdades são mais criticáveis por serem mais perniciosas do que algumas inverdades.

Continua a sua intervenção dizendo que, faz hoje oito dias, alguns dos presentes estiveram nas cerimónias de cariz político relativas à comemoração do 18 de Fevereiro em Valença. Lembra que na sua intervenção feita a esse respeito na passada sessão desta Assembleia Municipal, falava da necessidade de se dar maior projecção à

Assembleia Municipal – Acta nº.4
Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 2006

comemoração do Feriado Municipal. Assim sendo, entende que deve reiterar aqui e agora esse pedido a esta autarquia no sentido de que, em cada ano, se consiga nas cerimónias a presença das mais altas individualidades, pelo menos a nível distrital, bem como a representação das colectividades sócio culturais e desportivas do concelho, insistindo assim na interação entre os munícipes e as actividades do seu município. Ainda, e para terminar esta parte da intervenção, diz esperar que o hastear da bandeira “Mobilidade para Todos” seja acompanhado de uma atitude próactiva desta Câmara Municipal, relativamente aos acessos aos seus serviços públicos, não se limitando ao cumprimento da lei em vigor há já bastante tempo.

Termina dizendo que, em relação à informação escrita do senhor presidente, gostaria de saber mais sobre os 4 milhões e 200 mil Euros por receber. Mais uma vez se verifica que são muito vagas as informações que deveriam estar explicitadas na proporção directa do montante a que se referem. Antes de terminar coloca as seguintes questões: a que candidaturas e a que fundos se refere a informação? A que obra ou obras em concreto se destina tal montante? Desde quando e porque motivos está por receber tal quantia? E quando se prevê a sua entrada nos cofres municipais?

Segue-se **Inês Ferreira**, que, na qualidade de professora, se congratula com a presença de jovens estudantes nesta nossa sessão.

Começa por interpelar o Presidente da Câmara sobre a questão, já levantada na sessão anterior, relativa à situação em que se encontram os processos que vão desaparecendo da listagem que, de forma intermitente, é fornecida. Uma vez que já passaram dois meses, pensa que a resposta já não será a de que “acha que sempre que um processo sai da relação é porque foi arquivado, de qualquer forma irá verificar essa situação com o Dr. Manuel Gonçalves” (fez a leitura da passagem da acta relativa à resposta do Presidente da Câmara a esta pergunta na sessão anterior). Assim sendo, gostaria de saber se o mesmo já tem a certeza relativa ao desfecho dos processos. Diz ainda que esperava que nesta documentação, entregue neste momento, tivesse sido facultada essa informação.

Refere ainda que também na última sessão, e a propósito de uma questão levantada pelo Dr. Jorge Santos Silva, o senhor presidente disse que iria ser entregue a todos os presentes, nesta sessão, informação relativa à necessidade e enquadramento da abertura de concurso relativo aos técnicos superiores estagiários de Psicologia, História e Filosofia. Contudo, tal não aconteceu, essa listagem ou informação não foi entregue.

Por último, pergunta qual é o procedimento normal que os serviços camarários adoptam quando algum munícipe entrega uma documentação seja para um concurso, seja para uma candidatura. Pergunta ainda qual é o procedimento normal para a notificação do requerente.

Usa da palavra **Alberto Vilas** que começa por colocar algumas questões ao Presidente da Câmara, nomeadamente no que diz respeito à nomeação de vereadores. E refere que no boletim municipal nº.63, que foi editado em Janeiro, nas transcrições das deliberações da Câmara, nomeadamente no que diz respeito à reunião de 21 de Outubro, está escrito que foram fixados 2 vereadores a tempo inteiro. No entanto, no mesmo boletim, na página a seguir, aparece a transcrição do despacho do Presidente da Câmara que refere, na distribuição de pelouros e na delegação de competências, três vereadores com essa distribuição. Assim sendo, e sem pôr em causa a capacidade que o Presidente tem para fazer essa nomeação, diz que gostaria apenas de referir que dá a ideia de que “a letra não condiz com a careta”, há nomeação de dois e depois a distribuição de três.

Continua dizendo que se constou que a atribuição de transportes para as colectividades, estaria limitada a viagens não superiores a sete horas. Considera que, dada esta realidade, a representação das mesmas ficará cingida ao nosso distrito, e que lhe parece que o bom-nome que elas transportam de Valença será merecedora de uma outra atenção por parte da autarquia.

Solicita ainda que sejam clarificadas as situações descritas na informação escrita sobre as empreitadas concluídas ou em execução - beneficiação da EN13-2ª fase, GAT à Repsol, empreitada concluída apenas faltando definição de painel indicativo.

Questiona ainda relativamente à última decisão, 2.4 - passeios entre o GAT e a GALP, preço base, se é uma obra que está num projecto de empreitada, se esta empreitada dos passeios não estaria incluída ou não deveria ter estado incluída na empreitada da obra da avenida em si, neste espaço.

Aludindo às palavras do senhor Salustiano Faria, como não poderia deixar de ser, aliás diz que já estava a contar com essa intervenção, refere que não pretende dar lições de educação, mas também não as aceita. Refere ainda estar feliz por ter sido referido aqui várias vezes, sobre a sua posição durante quatro anos em que foi vereador em que se manteve fiel às linhas para as quais o povo votou. Acrescenta que, por outro lado, está contente também porque desta forma quebrou o ritmo de intervenções do grupo municipal do PS. Há já algum tempo que o senhor Salustiano Faria não fazia intervenções nesta tribuna e agora foi a oportunidade para também ouvirmos outra voz deste grupo municipal. Relativamente ao ritmo e aos movimentos internos dos partidos, que foi ilustrado com esta fotocópia em papel de boa qualidade que lhe foi entregue (e que por acaso até tem o original da revista que guarda com muito gosto) pede que se recordem das últimas campanhas internas do PS para Secretário Geral, como também as campanhas para as presidenciais e, mais recentemente, (ontem na SIC notícias) a intervenção do deputado Manuel Alegre que é sintomática e esclarecedora do movimento e dos barulhos que existem dentro dos partidos.

Em seguida, **Manuel Ferreira** diz ao Presidente da Câmara que “uma das suas bandeiras eleitorais” sempre foi o Parque Industrial. Continua dizendo que “os m² construídos no Parque Industrial só são visíveis em altura de eleições, podemos quase dizer que é necessário eleições quase todos os anos se queremos ver obra feita”. Pergunta também quando é que “avança” a RODMAN. Diz não entender como é que uma empresa que obteve apoios estatais, que foi

Assembleia Municipal – Acta nº.4
Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 2006

bandeira eleitoral do PS para a Câmara de Valença, não avança. Informa ainda que teve conhecimento que uma multinacional espanhola, já instalada há vários anos em Vila Nova de Cerveira, foi objecto de discussão “nesta casa” para usufruir de benefícios fiscais para a sua instalação no Parque Industrial, e pergunta o que se passou, porque é que não se vai instalar. Pergunta ainda qual é a estratégia, se é que existe, entre a Câmara e o parceiro AIP para a instalação de novas empresas no Parque Industrial; questiona também que investimentos visam fazer na zona industrial, nomeadamente a nível das infra estruturas, ETAR, fibra óptica, entre outros de que tanto se falou; Gostaria também de saber se realmente se vai investir, e com que dinheiro. Pergunta se vai haver mais um empréstimo, um financiamento bancário outra vez garantido por uma Carta Conforto da Câmara. Termina perguntando também qual é o ponto da situação relativo ao edifício Portas y Acuña, junto ao banco BES. Pede para ser esclarecido relativamente a todas estas questões.

Segue-se **Elisabete Viana**, que esclarece que a estação elevatória que existe na Rapadoura funcionou bem durante vários anos, só de há seis anos a esta parte é que tem dado problemas. Sublinha que a revolta do povo tem origem no facto de, para aquela estação elevatória só ir o saneamento do Eido de Cima, porque os outros caminhos não têm saneamento e, por conseguinte, aquele saneamento que ali sai não é da freguesia de Arão, é de outras freguesias.

De seguida refere que recebeu uma carta do Ministério da Administração Interna, tal como devem ter recebido os restantes Presidentes de Junta, que solicita a cooperação para a preparação do combate aos incêndios do próximo ano. Diz concordar e aproveita para mais uma vez solicitar a colocação de algumas bocas-de-incêndio na freguesia de Arão. Lembra que as ruas de Arão são muito estreitas, na maior parte delas não podem transitar carros de grande dimensão, por esse motivo, no passado dia 15 de Agosto houve um incêndio e os bombeiros tiveram muita dificuldade em actuar, o que lhes valeu foi uma piscina de um particular, que lhes pôs a água à disposição.

Intervém **Armando Carvalho** que pergunta se estas últimas intervenções foram pedagógicas, uma vez que temos aqui um corpo docente e respectivos alunos. Pergunta ainda se os membros que intervieram estavam inscritos para apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara ou não. Diz que o membro Salustiano Faria “deu aqui um golpe de asas, chegou aqui e partiu a loiça toda, mas indevidamente”. Continua dizendo que, de acordo com o Regimento, as intervenções devem ser contidas dentro da ordem de trabalhos, do agendamento da própria reunião. Assim sendo, considera que não foi muito pedagógico, “os alunos vão, provavelmente, sair daqui com a ideia de que isto é à balda, cada qual chega aqui e manda as papaias que quer, independentemente de estar a falar do que consta na ordem de trabalhos ou não”. Acrescenta que, por outro lado, é pedagógico, porque é assim que funcionam as Assembleias, porque isto tudo é ideológico, tudo isto é uma maneira de muitas vezes se esconderem assuntos que deviam ser tratados e não são. Foi dito aqui, no contexto desta apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal, foram aqui abordados assuntos que deviam ter sido abordados no período de antes da ordem do dia. Diz ser por isso que admira Salustiano Faria, por ele conseguir fazer isto sem ele perceber como. Refere que ele próprio também tinha algo mais para dizer sobre Educação ao Presidente da Câmara, mas conteve-se, absteve-se para obedecer à organização interna da Assembleia, e, no entanto, vê, de um momento para o outro, o “PS mandar-se para cima do PSD e o PSD vir fazer a sua defesa”. Diz que estamos a assistir a um país, em que as Assembleias começam-se a transformar em mini parlamentos ainda antes da Regionalização, com os mesmos “tiques”, com as mesmas “taras” e que verte para uma realidade que representa, por exemplo, voltando ao tema da educação, um fluir de todas as vias para a vila, provocando a concentração que é típica ideológica de um pensamento capitalista, que muitas vezes o PS e o PSD partilham, em vez de apostar numa diversificação. Ainda sobre a questão da educação diz que, evidentemente, para os professores, o ideal é ter uma turma com quinze alunos, porque “carga de água” é que administrativamente o ideal é ter uma concentração, como existe em Paredes de Coura, quando as crianças estão activas deste as sete da manhã até às oito da noite sem ver pais, sem ter contacto nenhum com a família.

Mas, e uma vez que não pretende participar na “balda”, passa à apreciação da informação escrita do senhor presidente e deixa a seguinte questão: Como é que vão ser repavimentadas as vias, pois constatou que em Gandra, onde reside, a compactação da estrada está a ser feita pela circulação automóvel. Não era suposto esperarem três meses para que a terra compactasse e só depois se procede-se à repavimentação? Quer-lhe parecer que se resolve um problema com o saneamento e surge outro com a pavimentação.

Segue-se **Manuel Lopes** que alerta para o problema da infiltração dos dejectos/detrítos da vacaria que, com as influências das marés, vão para junto da estação elevatória que fornece a água ao concelho de Valença. Manifesta ainda o seu descontentamento e revolta para com a situação relativa ao artigo 45º dos estatutos dos benefícios fiscais que prevê que um casal, um agregado familiar, com o rendimento inferior a 10500€ / ano e cujo valor patrimonial não exceda os 52000€ / ano, estão isentos de IMI. Sabe que este não é um problema da Câmara, é sim um problema de todos nós que, cada dia, temos mais impostos para pagar.

Sobe à tribuna **José Nogueira**, que solicita ao presidente da Mesa que esclareça o deputado Armando Carvalho sobre a tradição de neste órgão autárquico se poder usar o momento da apreciação escrita do presidente da Câmara para continuar a fazer intervenções políticas que não couberam no período de “antes da ordem do dia”. E diz ainda, em resposta àquele deputado, que o PS não é capitalista, o PS não pactua com ditaduras, o PS vive em liberdade.

Informa que “o Governo da República divulgou recentemente uma lista de actos administrativos dirigidos às empresas que vão ser desburocratizados e simplificados, reservando o mês de Março para apresentação dos, com os assinalados fins, destinados aos cidadãos (de que é exemplo conhecido o fim da declaração de IRS para trabalhadores

Assembleia Municipal – Acta nº.4
Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 2006

dependentes). O impacto que tais medidas acarretarão no tecido empresarial (em tempo e dinheiro) revelar-se-ão, estamos certos, importantíssimos para o desenvolvimento sustentado deste concelho e para o seu crescimento económico, pelo que não resistimos a aqui fazer-lhes uma breve menção. Assim:

1. Já em Abril, é eliminada a obrigatoriedade de celebração de todas as escrituras públicas (notariais) no que envolva sociedades comerciais, por exemplo quanto à sua constituição, alteração de estatutos, aumentos e reduções de capital, alterações da designação social e sede e na partilha, divisão ou transmissão de quotas.
2. Também em Abril, é simplificado e agilizado o procedimento de registo comercial relativo às fusões e cisões de sociedades.
3. Ainda em Abril, é criada a dissolução e liquidação na hora das sociedades comerciais – correndo o processo na Conservatória do Registo Comercial e retirando-o da alçada dos Tribunais. Deixam, assim, de existir “empresas fantasmas” ao fim de dois anos de inactividade ou de não apresentação de depósito de documentos / prestação de contas, ainda que por iniciativa oficiosa.
4. Outro sim em Abril, é abolida a obrigatoriedade de todos livros de escrituração mercantil (Inventário, Balanço, Razão e Copiador) com excepção dos Livros de Actas – ganha a sociedade em custos administrativos e no valor da legalização dos mais livros suprimidos.
5. Também em Abril, é simplificada a autenticação de documentos e reconhecimentos de assinaturas presenciais, retirando-se da exclusiva alçada dos Notários e possibilitando-a a Advogados, Solicitadores, Câmaras de Comércio e Indústria e Conservatórias, gerando o aumento de capacidade de resposta na prestação destes serviços.
6. Em 2007, a prestação única de contas é desmaterializada – a entrega de documentos é simplificada e é concretizada de uma só vez, eliminando-se os inquéritos do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística.
7. Em finais do corrente ano, haverá lugar a prestação única de informação das empresas à Segurança Social, condensando-se as declarações relativas a quadros de pessoal, remunerações à Segurança Social e balanço social numa só.
8. Até finais de 2007, é eliminada a obrigatoriedade de obtenção pelos particulares e empresas de certidões de inexistência de dívidas à Segurança Social e ao Estado – o Estado e outras pessoas colectivas de direito público terão acesso directo a tais dados quando necessários à instrução de processos.
9. No terceiro trimestre de 2006, será criado o procedimento “marca na hora” que permitirá aos empresários garantirem, com simplicidade, títulos de propriedade sobre firmas e marcas de forma imediata e num único balcão, similar à já existente “empresa na hora”, encurtando em cerca de 12 meses os ditos registos.
10. No primeiro semestre de 2006, o SIE (Sistema de Informação Empresarial) permitirá a simplificação da prestação de informação pelas empresas, eliminando o acto administrativo autónomo de registo obrigatório dos estabelecimentos industriais – o Cadastro Industrial.

Trata-se de boas notícias para as empresas e de excelentes notícias para o desenvolvimento, contribuindo para o relançamento da economia, aumentando a competitividade das empresas (ganhos em custos e diminuição de transtornos) e permitindo mais e melhor emprego. Assim os empresários Valencianos as saibam potenciar.

De salientar, ainda, os programas dirigidos às PME, FINICIA (privilegia o arranque de empresas, de projectos com forte conteúdo de inovação, negócios emergentes e de pequena dimensão e iniciativas de interesse regional onde estão canalizados 114 milhões de euros), FINCRES (activa-se na segunda fase da vida das empresas, ou seja, quando os negócios encetam uma nova etapa de desenvolvimento, diversificação de actividade, investimentos e internacionalização – apoio ao crescimento e consolidação de lideranças em curso) e FINTRANS (que abrange as unidades empresariais que necessitam revitalização).

Também, adentro da parceria Estado – MICROSOFT (Eixo 3 – Inovação) o suporte à constituição de novas empresas de desenvolvimento de software, através do programa Empower.

Duas notas finais:

1. O portal www.microsoft.com/Portugal/PME/MAIS, totalmente gratuito e com garantias de confidencialidade, dá a conhecer todos os financiamentos da União Europeia disponíveis para as PME e a melhor forma de os conseguir (são mais de seis mil apoios financeiros disponíveis para concessão ao longo dos próximos dois anos, em montantes que vão dos dois mil euros até a um máximo superior a quarenta e cinco milhões de euros); e,
2. As pequenas empresas do Norte de Portugal e da Galiza vão ser ligadas por uma plataforma web, em que os sectores tradicionais serão privilegiados. Está a ser posto em funcionamento o CIC-COMMERCE: centro de Informação e comunicação de dados para o comércio tradicional, que é promovido pela Junta da Galiza em parceria com as empresas galegas Cesga e EgaNet e com o português IditeMinho, em que, numa primeira fase, serão contempladas as empresas de ferragens, electrodomésticos e materiais de construção.

Em suma: estão lançadas as boas bases para um futuro mais próspero e risonho. Ao espírito de iniciativa, de criatividade e de inovação empresarial caberá dar o passo seguinte. Em Valença – porque vale a pena.”

Em resposta ao pedido dirigido anteriormente à Mesa, o **Presidente** recorda ao plenário que a lei fixa para o período de antes da ordem do dia uma hora. O Regimento, no momento dedicado às interpelações orais ao presidente da Câmara e às intervenções políticas e por necessidade resultante da distribuição de tempos por outros assuntos (actas, moções, votos) consagra vinte e cinco minutos a esse fim. Há já muito tempo que se considera que é um tempo curto, mas não se pode nem se deve violar a lei. Há também já muito tempo que se vem dizendo que, para aquilo que não coube no período de antes da ordem do dia, se tem a bondade suficiente para que se encaixe no primeiro ponto da ordem do dia, que é um ponto obrigatório - a apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara. Assim tem decorrido há vários anos, assim continuará a decorrer se o plenário assim o entender, assim decorrerá sempre e quando

Assembleia Municipal – Acta nº.4
Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 2006

a Mesa veja que há o aproveitamento útil desta circunstância, tudo isto na certeza é que há momentos mais palpitantes outros menos palpitantes, mas, isso sim, que as matérias de consideração e da cortesia parlamentar estarão sempre presentes.

Em resposta às questões levantadas, o **Presidente da Câmara** começa por dizer ao membro **Santos Silva** que já em reunião de Câmara esclareceu e reconheceu que há um erro no Boletim Municipal relativo à questão da deliberação de aprovação à alteração do regulamento para que o comércio pudesse estar aberto, sempre que o feriado municipal coincidissem com sábados, domingos e feriados. Explica que irá propor que no Boletim Municipal passem a constar as deliberações da Assembleia Municipal pois são as mais importantes. Esta será também uma forma de corrigir este tipo de situações.

Sobre a necessidade de se melhorar as comemorações do feriado municipal, diz concordar apesar de considerar difícil, em Valença, fazer com que as pessoas se envolvam nos eventos. No entanto, sabe que isto não pode servir de desculpa e que cada vez se deve fazer mais.

Relativamente à questão da Mobilidade para Todos, refere, a título de exemplo, o projecto para o edifício principal do município, com rampas de acesso para deficientes e com um elevador de acesso ao primeiro andar. Concorda que se deve continuar a aplicar regras e a fazer cumprir a lei para conseguir eliminar as barreiras. Considera que este é um processo evolutivo, é um processo de consciência e que se forem feitos pequenos esforços se irá verificar alguma evolução positiva nesta questão.

Sobre as questões relativas aos fundos comunitários, diz que, grosso modo, o que se passa é que há atrasos nos pagamentos, nomeadamente o “INTERREG está muito lento a pagar”. Continua dizendo que não é por falta de verbas, mas sim por causa da metodologia de trabalho adoptada. Diz ainda que isto é usual quando se está nos acertos finais dos quadros comunitários de apoio. Para terminar a resposta a esta questão informa que se for necessária informação mais detalhada é só solicitar ao chefe de divisão da área financeira.

Em resposta às questões levantadas por **Inês Ferreira** informa que para se perceber a situação do processo contencioso o melhor é ter a listagem. Acrescenta ainda que o Dr. Manuel Gonçalves estará na Câmara da parte da tarde e ficará uma listagem actualizada com o senhor Nuno Felgueiras.

Sobre a informação dos três concursos, diz que também poderá fornecer todos os dados que forneceu à vereação em reunião do Executivo. Repetindo o que disse na última sessão da Assembleia, e tendo já as despesas com pessoal do mês de Janeiro e o mês de Fevereiro apuradas, tudo indica que, o mais provável, é ter a contingência de não poder ultrapassar as despesas com pessoal face ao ano de 2005. Por esta razão é que, provavelmente, estes três concursos serão mesmo anulados por dificuldades de despesas com pessoal. Explica ainda outras medidas de contenção de despesas como as que se prendem com a redução de horas extraordinárias, os transportes para as colectividades, entre outras, que visam chegar ao final de 2006 com o mesmo nível de despesas com pessoal em 2005.

Relativamente às questões de **Alberto Vilas**, esclarece que a actual lei diz que a nomeação de um vereador é da competência própria do Presidente da Câmara, e caso queira nomear mais algum, tem que levar a proposta à reunião do Executivo. Assim sendo, e fazendo jus ao que diz a lei, nomeou um por despacho e os outros dois foram aprovados em reunião de Câmara.

Sobre a distribuição dos transportes, confessa que se está a ter muita dificuldade na gestão deste processo. Por um lado, existe a necessidade, já anteriormente explicada, de se descer as despesas com pessoal para cumprir a tal meta, e por outro, há o problema com as horas extraordinárias pois também há uma imposição legal que impede os motoristas de circularem mais de nove horas e também não podem receber mais de sete horas extraordinárias em horário de descanso semanal, sábados e domingos. Diz estar a tentar gerir o processo da melhor forma, analisando caso a caso, colectividade a colectividade.

Sobre a EN13 - painel interpretativo, refere que tem a ver com um painel que estava previsto na empreitada à entrada de Valença junto ao cruzamento com Arão. O desenho, a imagem que lhe foi apresentada não lhe agradou muito e, por isso, se não for melhorada provavelmente não a introduzirá.

No que concerne a questão dos passeios, diz que inicialmente se tentou manter como estavam mas com o decorrer das obras viu-se que seria impossível e, como tal, teve-se de o corrigir e abrir novo procedimento porque não estava previsto na empreitada.

Em resposta ao membro **Manuel Ferreira**, declara que gostaria que o Parque Industrial estivesse já a funcionar com as empresas todas que adquiriram os terrenos. Refere alguns problemas que têm dificultado o “funcionamento” do Parque tal como: o problema com a PSA de Vigo, que neste momento está a colocar entraves à saída de algumas empresas fornecedoras da PSA de perto da zona de Vigo – Porriño, sendo já do conhecimento público pois foi transmitido à API. Sobre a questão da RODMAN diz que, efectivamente, há um problema de atraso. O licenciamento industrial, segundo informações que obteve junto do engenheiro Vítor Araújo, ainda não está concluído; a obra foi embargada por parte da Câmara porque iniciou a construção sem licença, mas neste momento o processo foi encerrado no que diz respeito a este embargo, está tudo em condições para levantar a licença.

No que diz respeito à AIP, informa que a mesma é “parceira” dentro da zona industrial e que continuará a ser, mas dentro de uma estratégia mais alargada. Sobre as infraestruturas refere que, por razões óbvias, a ETAR fica sem efeito. Sobre a questão da fibra óptica diz que, efectivamente, as instalações, as infraestruturas para a fibra óptica estão lá, faz falta é que ela – (fibra óptica), entre no nosso município.

Ainda dentro deste âmbito aproveita para informar que teve uma reunião muito importante para Valença, na Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações. Diz que no próximo dia 14 de Março, provavelmente, iremos ter a oportunidade de ver uma comunicação nacional em que irá ser anunciado o plano nacional da logística para Portugal.

Assembleia Municipal – Acta n.º 4
Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 2006

É um programa nacional que vai ser candidatado a fundos comunitários do próximo quadro comunitário de apoio. Diz ainda que foi um processo que envolveu algumas dificuldades mas que se conseguiu chegar a “bom porto”. Foram escolhidos entre seis a oito municípios de Portugal para este plano de plataformas logísticas: Sines, Leixões, Chaves, um município algarvio (não se recorda qual) e Valença. Considera que em termos de investimento público será com certeza um dos maiores investimentos feitos no distrito de Viana do Castelo e que será executado durante este quadro comunitário de apoio. Serão cem hectares, com a criação de uma ligação à actual linha férrea, preparado não para o comboio de alta velocidade, porque a informação que tem é a de que esse projecto “vai cair”, mas sim para um troço novo no concelho de Valença, pois também, em princípio, será desactivada esta linha. No entanto, isto são princípios que a REFER vai ter de apurar.

No que se refere ao edifício Portas y Acuña, explica que o Dr. Manuel Gonçalves trará, da parte da tarde, o parecer que a autarquia lhe pediu. Pretende-se com este parecer saber se se aplica o regulamento anterior para essa primeira fase (é um processo de três fases) ou se se aplica a alteração do regulamento que se aprovou na última sessão da Assembleia Municipal. Contudo, a licença e, posteriormente, as taxas têm de ser pagas para poder continuar a construção dado que neste momento está embargado.

Continua, informando **Elisabete Viana** de que foram já marcados alguns pontos para colocação de novas bocas-de-incêndio, não sabe se concretamente na freguesia de Arão, no entanto supõe que sim. Termina dizendo que a autarquia, naturalmente, vai dar execução a esse plano.

Sobre a questão que **Armando Carvalho** levantou relativamente ao saneamento, declara que era impensável e impossível meter quilómetros de saneamento, que é caríssimo e ainda por cima pôr piso novo em todas as estradas.

Em resposta a **Manuel Lopes**, sobre a questão da vacaria, lembra que todas as queixas que entraram na Câmara foram para o Ministério Público e há um contencioso. Espera ter notícias do processo dentro de uma semana. No que referiu sobre a carga fiscal, diz ser um assunto de carácter político nacional e como tal compete aos “políticos nacionais”, no entanto não diz que concorda; diz perceber que para manter o nível que o país tem de prestação como modelo social tem de se continuar a “apertar” e foi necessário aumentar os impostos. No entanto, considera que se devia apostar mais na contenção, no controlo da despesa e do desperdício do sector público. Refere, a título de exemplo, que a Secretária de Estado lhe comunicou que na REFER há pessoas que chegam ao topo da carreira a ganhar mais que o Presidente da República.

Usa da palavra o **Presidente da Mesa** que sugere que, para se evitar que sejam publicadas notícias no Boletim Municipal que induzam as pessoas em erro, que apenas sejam objecto de redacção e de publicação as propostas da Câmara Municipal obrigatoriamente sujeitas à competência deliberativa da Assembleia Municipal. E, em nome de todos, diz que a notícia que o Presidente da Câmara acabou de transmitir é motivo de regozijo. Lembra que, se a notícia se confirmar, o Presidente terá algumas “dores de cabeça” pois tal infraestrutura mexerá, com certeza, com “muitas coisas”.

Segue-se **Salustiano Faria** que esclarece que não tem, felizmente, inimigos aqui dentro. Durante a sessão tem sim adversários políticos. Lá fora a amizade mantém-se. Informa ainda que antes de intervir avisou o senhor Vilas do que ia dizer. Acrescenta que, na sua opinião, o grupo do PSD está muito mais participativo do que estava no mandato anterior. Por outro lado, talvez o grupo do PS estivesse mais participativo no mandato anterior, mas isso são estratégias do partido.

Intervém novamente **Inês Ferreira** que diz que talvez o Presidente não lhe tenha respondido à última questão por não ter sido convenientemente explanada. Assim sendo explica melhor a questão: Uma aluna do ensino superior candidata-se a uma bolsa que a câmara instituiu. Essa candidatura é entregue na Casa da Cultura não sendo entregue, por parte do funcionário, nenhum comprovativo da entrega desses documentos. No mesmo dia a aluna é informada, via telefónica, de que teria entregue a candidatura fora do prazo estabelecido pelo regulamento aprovado nesta Assembleia. A funcionária, no entanto, aconselha a referida aluna a apresentar um requerimento ao senhor presidente da Câmara, dizendo que não sabia qual era o prazo limite de entrega das candidaturas. De seguida, a irmã da aluna pede o comprovativo, e é-lhe dada a fotocópia do requerimento, um requerimento sem data, sem carimbo de entrada nos serviços da Câmara. Entretanto, esse assunto é sujeito a deliberação no Executivo mas no entanto não se notificou do resultado dessa deliberação. Com efeito, é a mãe da aluna que vem à Câmara e entregam-lhe uma folha, (mostra a folha de papel timbrado da Câmara), que não está assinada e que apenas contem o resumo da deliberação do Executivo. Tem a data de 11 de Janeiro de 2006 e agrafada está uma folha em branco assinada por um funcionário da Câmara dando a informação, que supõe ser a informação que susteve a deliberação do Executivo. Depois de terminar a sua explanação pergunta se é assim que se deve notificar um município.

Prossegue a sessão com a intervenção de **Alberto Vilas** que diz comungar das palavras do senhor Salustiano Faria. Com efeito, tem de haver posições políticas, tem a ver com posições de ordem partidária e naturalmente que a amizade deve ficar sempre acima dessas questões. Explica que a fotografia que o mesmo trouxe ilustra que os congressos do PSD são animados porque há luta interna, por vezes há necessidade de contrariar o que está a ser dito e por isso se assumem determinados gestos e determinadas posturas. Tudo isto serve para demonstrar que dentro do seu partido, ao qual tem muito gosto em pertencer, há vida e há pessoas que gostam de demonstrar aquilo que sentem. Por outro lado, quer-lhe parecer que nos congressos do PS só lá vão para “aclamar o chefe”. Refere ainda a situação dos “barulhos que se fazem numa Assembleia Municipal”, e lembra o “episódio do cabrito”, em que esse Presidente não

fora eleito pelas listas do PSD.

Usa da palavra o **Presidente da Mesa** que deixa uma nota de reparo sobre os barulhos que se fazem e diz que não é bem assim, o correcto é dizer “que se faziam” porque “hoje não há barulho, nem sequer ruídos”. Lembra ainda que o PS não vai aos congressos aclamar o chefe, pois o PS deu um exemplo que felizmente, e o felizmente é em nome da democracia, o PSD parece que vai seguir - a eleição do seu líder através do sufrágio universal nos seus militantes.

Intervém de seguida **Armando Carvalho** que lamenta o facto dos alunos já se terem ausentado pois “perderam mais um brilhante remate pedagógico, em que se chega à conclusão que o PSD precisou de uma cisão nas suas hostes, através do Grupo Municipal dos Amigos das Freguesias, para ser mais intervencionista, e o PS precisou de um atrelo, que são ali os presidentes de junta que se renderam aos encantos do PS e se juntaram ao seu grupo municipal, para perder o mesmo intervencionismo.”

Em relação à repavimentação, diz ao Presidente da Câmara que “assim de repente parece que a diferença são 150 mil euros. A diferença está no que se votou desfavoravelmente no plano de actividades - que são 500 mil euros: 350 mil euros para o bar da estação e 100 mil euros para o campo de relvado artificial, são as opções.” São as opções que ilustram o modelo social em que nós vivemos. Parece-lhe então assim que afinal há partilha de interpretações capitalistas entre o PS e o PSD, basta ver que as opções assim o confirmam para manter o tal modelo social que justifica a carga fiscal em relação ao PIB, que o senhor presidente acabou de explicar.

O membro **Manuel Lopes**, em resposta a Armando Carvalho, refere que não precisou que fosse dividido do grupo parlamentar do PSD. Uma vez que o senhor Armando Carvalho não esteve cá no último mandato, sugere que o mesmo leia as actas que provam o seu intervencionismo nas sessões deste Órgão.

O membro **José Nogueira** explica que dialéctica e luta, fazem parte do seu vocabulário e do PS; no entanto, monopólios ou oligopólios não fazem parte do léxico do PS. Ditadura faz parte do léxico do PCP e não do léxico do PS. Mas, e uma vez que só dispõe de três minutos e como considera injusto aproveitar-se de ser o último orador para estar a discutir este assunto, até porque nem sequer é o local próprio, apenas diz que regista a sua posição sobre o que pensa do PS. Também regista que quando há alguma eleição, nomeadamente presidencial, é o próprio partido comunista que fala no *Peuple de gauche*, no povo de esquerda, e então aí, nessa situação, já considera que o PS é da esquerda, ou seja, quando pretende reivindicar e dizer mal do governo, o PS é um partido da direita, quando pretende de alguma maneira aceder ao poder, então já o PS passa a ser da esquerda. E, para terminar, solicita ao Presidente da Câmara, que revele o pensamento do Executivo acerca da participação dos particulares na requalificação da Praça-forte.

Em resposta, o **Presidente da Câmara** diz em primeiro lugar a **Inês Ferreira** que, sobre o requerimento, considera que a decisão está absolutamente correcta, no entanto, o mesmo já não lhe pode dizer quanto ao método. Considera que os procedimentos não estão correctos, que efectivamente não deverá ser assim, e é isso que vem dizendo há muito tempo. Diz ainda que o problema não está nos funcionários, está no modelo de funcionamento e na resistência que se faz às mudanças. Refere que tem vindo a corrigir muitos procedimentos mas que nem sempre é fácil haver aceitação em todos os serviços. Ainda há muito a fazer, muito para evoluir pois ainda persiste a mentalidade do antigamente e falta de formação.

Relativamente à questão levantada por **Armando Carvalho** diz que considera que hoje o conceito de capitalismo está um pouco alterado em parte pela utilização de nova terminologia como o liberalismo ou o neoliberalismo. Continua dizendo que vivemos num mundo globalizado, logo as próprias ideologias têm que ter consciência de que alguns ajustamentos têm de fazer. Não podemos fazer de conta que o mundo lá fora é aquilo que efectivamente não é. Tem de se tomar decisões rápidas, porque se deixamos passar um, dois ou três dias, já é tarde e já não faz sentido e aquela decisão está arrumada!

Sobre a questão que **José Nogueira** levantou, concorda plenamente que se associem os particulares na recuperação da Praça-forte. Dá o exemplo de Elvas e de Almeida. Refere ainda que se existissem instrumentos para auxiliar essa recuperação, melhor seria. Tem informações que apontam que o quadro de referências estratégico que foi aprovado no último Conselho de Ministros, e que vai servir de base ao próximo quadro comunitário de apoio, incluem um tipo de acção pública em parceria com particulares. Refere ainda que já existiram instrumentos deste tipo durante este quadro comunitário de apoio, nomeadamente um programa chamado RECRUA, em que punha as autarquias e o particular em sintonia. No entanto o RECRUA era para habitação e o que aqui se impõe e o que mais nos interessa é o comércio. Numa reunião com o Secretário de Estado do Comércio, em que esteve presente com o vereador Joaquim Covas, falou-se que esta interligação, esta sintonia que tem de haver nos espaços históricos, deveria ser mantida ou até fomentada no próximo quadro comunitário de apoio. Também concorda que a fortaleza deveria ter mais vida, mais habitantes mas compreende o facto das pessoas desistirem pois se querem ter habitações com condições mínimas de comodidade são sempre “impedidas” pelo IPAR.

2º Ponto - Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Municipal para o mandato em curso. (ANEXO II)

Intervém em primeiro lugar o membro **Armando Carvalho** que começa por dizer que a alteração ao Regimento surge por iniciativa da Mesa da Assembleia e é executada por acção municipal do PS. Diz que não se

percebe muito bem qual é a urgência nesta matéria, uma vez que foi pedido ao gabinete jurídico da ANMP um parecer sobre o enquadramento absoluto da lei que existiria no Regimento que aqui está em vigor. A resposta foi dada em alguns parágrafos, que referem algumas alterações que devem ser feitas pontualmente, mais concretamente o quarto e quinto parágrafo especificam bem qual é a opinião do gabinete jurídico. Diz que o quarto parágrafo refere a necessidade da simplificação procedimental, aconselhando evitar a inclusão de reproduções do que está previsto na lei, (lá não diz da lei mas sim da norma). E o quinto parágrafo diz que deve consagrar critérios de organização interna, dentro da margem de manobra que a lei concede à Assembleia. Refere que há que reconhecer que há uma margem de manobra entre o que está preceituado na lei e o que nós vertemos para o Regimento Municipal e que é essa margem de manobra que, com certeza, deve ser aplicada em termos de criação de consensos. Criação de consensos que não existe em relação à sua posição estatutária nesta Câmara, uma vez que dá a ideia que a alteração regimental aponta mais no sentido de fixar precisamente esse assunto do que outro qualquer. E explica que desde há dois mandatos que um elemento que é eleito isoladamente tem a prerrogativa de ser chefe de grupo municipal. Considera isto um “absurdo” pois um grupo é um grupo, é mais do que um. No entanto, deu-se ao cuidado de ir ver na enciclopédia verbo, e sobre esse assunto a enciclopédia verbo até se debruça e diz que não é assim em todos os países. Em alguns países é que a interpretação é essa, um grupo é mais do que um. Remete para o facto de ser usual ver sociedades unipessoais e que os professores sabem perfeitamente que uma única pessoa pode ser representante de grupo no pedagógico.

Diz que no seu caso, prescinde realmente da parte do articulado que menciona especificamente o direito que tem o líder do grupo municipal em interromper a sessão por 10 minutos, porque não se vê a interromper a sessão por 10 minutos para conversar consigo próprio. Concorde que isso lhe seja retirado, no entanto não aceita que o que lhe é conferido pela Constituição da República Portuguesa lhe seja retirado pois considera serem direitos mínimos entre os quais destaca ter assento, de pleno direito, na Comissão Permanente onde até agora tem tido assento por gentileza da presidência da Mesa que o convida.

Quanto às diferenças que encontrou entre o Regimento em vigor e o Regimento proposto pelo grupo municipal do PS, propõe que o assunto não seja resolvido hoje e que seja criado um grupo de trabalho que se possa debruçar sobre o assunto e apresentar o resultado, em tempo útil a definir pela Mesa. Considera que há alterações que são propostas que colidem com o quarto e quinto parágrafo do parecer do gabinete jurídico, no sentido em que não simplificam. Indica uma alteração que considera “caricata”, em relação à substituição da Mesa, em que é acrescentada uma cláusula que diz: no caso de não haver ninguém para a Mesa, em vez do que estava preceituado que era, criava-se uma mesa *ad hoc*; agora diz que no caso de não haver uma Mesa, o presidente da Mesa é o presidente do grupo mais numeroso, pergunta se esta cláusula tem enquadramento legal. Termina solicitando, mais uma vez que, seja colocado à votação para não se decidir nada de concreto hoje.

Usa da palavra o **Presidente da Mesa** que responde que de maneira nenhuma se irá submeter à votação um ponto que está inscrito correctamente na ordem do dia, da ordem de trabalhos, a menos que acontecesse, depois do depoimento do senhor deputado, que muito respeita, algo que convencesse a Mesa de que estava perante alguma ilegalidade, mas isso não aconteceu.

Diz ter tomado nota do que disse e que não se trata de não dar prioridade à questão suscitada pelo mesmo. Parece-lhe que na sua intervenção há uma certa injustiça relativamente à preocupação que a Mesa teve para com o seu caso. Diz que no entanto não se irá arrepender de não ter seguido, à letra, o parecer jurídico emitido pela DGAL. E explica que não se arrependerá porque lhe parece que o mesmo poderá estar a ser prejudicado no exercício de um direito fundamental, apenas um, que é o de não aparecer aqui como elemento eleito pela CDU e sim, como aquele parecer diz, que devia exercer obrigatoriamente o seu mandato como independente. Continua dizendo que é por isso que na proposta de regimento que se está a apreciar se colocou, por exemplo, nas temporizações ou no texto que vem a propósito, “membro único eleito por lista de candidatura a este Órgão”. Isto para não colidir com um preceito legal, e para que no seu caso em concreto seja também preservado.

Considera o Regimento desta Assembleia Municipal um bom Regimento, pois tem sido bem aplicado. A proposta consagra aquilo que é anterior, adaptando-se ao parecer que a assessoria jurídica da ANMP transmitiu e que é do conhecimento de todos.

Como nota final diz que, ao contrário do que o senhor Armando afirmou, há urgência na aprovação destas alterações porque a Lei diz que, logo no arranque do mandato, deve ser aprovado o Regimento para o mandato em curso. Esclarece ainda que, naturalmente, esta não é uma iniciativa do grupo municipal do PS, é uma iniciativa da Mesa absolutamente contemplada na lei. O que a Mesa fez foi pedir a colaboração de um jurista, no sentido de que, a redacção fosse, em termos de direito, a mais adequada possível.

Segue-se **Santos Silva** que diz que, independentemente de saber à partida que desta intervenção não vai resultar qualquer alteração à redacção do Regimento desta Assembleia Municipal, não quer deixar de marcar uma posição na sua discussão. Refere que deixará para a altura própria a correcção de nove ou dez imprecisões de pontuação, acentos, omissões, que poderá indicar antes da impressão definitiva. Solicita que seja explicada a justificação à nova redacção do artigo 45º, cuja mais valia não consegue alcançar.

Refere que tomou conhecimento, de viva voz, que até aqui se usava a técnica de retardar, no limite do possível, a inscrição para uso da palavra, pelo que “o gato escondido ficou agora com o rabo de fora para a maioria que reside nesta Assembleia Municipal”. E lembra que ainda há pouco o próprio Dr. Nogueira referiu que não se queria “aproveitar de falar em último lugar”. Dirigindo-se ao presidente da Assembleia Municipal declara que assim se perde a espontaneidade que deveria presidir ao discurso e ao diálogo políticos, e à intervenção cívica que deve estar

Assembleia Municipal – Acta n.º 4
Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 2006

subjacente à nossa quota-parte da construção da polis. Neste sentido, informa que o voto do grupo do PSD vai ser de abstenção.

Intervém o **Presidente da Mesa** que lembra o membro Santos Silva, bem como informa todo o plenário que, na reunião da Comissão Permanente, solicitou a todos os presentes, e o mesmo estava presente, para que, até ao meio dia de segunda-feira apresentassem as suas sugestões ou alterações para que fossem tidas em consideração, como sempre são. Termina dizendo que, no entanto, nenhum dos presentes entrou em contacto com a Mesa para apresentar sugestões.

Segue-se **José Nogueira** que começa por dizer que nunca o grupo municipal do PS pretendeu impor fosse o que fosse, sempre procurou, através do diálogo alcançar as melhores soluções. Lembra que até para elaborar a Moção para defender os Valencianos a propósito das alterações nos horários dos comboios, se reuniu e passou uma tarde com o deputado Santos Silva e o deputado eleito pelo partido comunista para se chegar a um consenso. Por outro lado, como referiu o Presidente da Assembleia, este texto surgiu na Comissão Permanente enquanto proposta e foi facultado a toda a gente para discutir e apresentar as alterações que tivessem por bem. Na própria reunião da Comissão Permanente o membro eleito pelo partido comunista fez algumas sugestões, aquilataram todos da justeza da sua posição e imediatamente foram substituídas duas folhas em relação a esse aspecto. Informa ainda que teve o cuidado de telefonar na segunda-feira ao Dr. Jorge Gama para saber qual a posição dos outros grupos relativamente ao texto do Regimento e que ele lhe comunicou que ninguém mais teria dito que o Regimento padeceria de qualquer incorrecção. Assim, pede desculpa pela sua posição, mas parece-lhe de mau tom dizer coisas que não correspondem à verdade. Relativamente aos dois pontos focados, parece-lhe que afinal se resume a dois artigos. Relativamente à posição sustentada pelo membro eleito pelo partido comunista, diz que o n.º 6 do artigo 21.º, diz assim (fez a leitura), mesmo numa situação *ad hoc* alguém tem que coordenar o que quer que seja e portanto não vê em que é que seja violada a lei.

Deixa ainda a sua opinião pessoal relativamente ao assunto do partido comunista constituir ou não grupo municipal. Considera que deve constituir mas a própria lei, infelizmente, isto parte tudo da lei 169/99 que só fala em independentes, não fala em eleitos por grupos municipais. É a lei que é omissa. A ANMP já fala em alterar a lei pois está mal feita, no entanto, para já tem de se respeitar.

Refere ainda que a comparência de Armando Carvalho na Comissão Permanente não é por favor, e julga que nunca nenhum dos membros da Comissão o fez sentir-se numa situação de favor.

Relativamente à questão do uso da palavra, regra que já é usada no Parlamento, surge para estabelecer um modo correcto para ela ser usada. Surge para evitar as situações de ver quem é que levanta a mão, ver quem levanta primeiro, ver quem fica para o fim. São situações que dão mau aspecto a esta Assembleia. E diz: “Anarquia não!”

Julga, em função do que acabou de dizer, que este Regimento foi de alguma maneira melhorado, quer a nível de texto, quer a nível de precisões. Quem teve o cuidado de ir seguindo a lei 169/99 e o outro diploma que aqui vem mencionado nesse parecer jurídico vê que é evidente que nas partes que foram questionadas isso mesmo foi adaptado ao nosso Regimento, muitas vezes seguindo a letra da lei. Também foram retiradas algumas referências da lei 169/99, precisamente em função dessa própria recomendação.

Termina dizendo que se decidiu sintetizar, apesar de não se condensar o Regimento em dez ou quinze artigos, porque nem todos somos juristas e não temos que saber de leis ou andar com folhas às costas, e contextualizar num único texto as normas mais relevantes para o funcionamento da Assembleia. De facto, considera que se olha para o Regimento e tem-se todas as informações necessárias sem nunca violar a lei.

Intervém novamente **Armando Carvalho** que diz não ser apologista de um Regimento com dez artigos, nem com quinze artigos, pelo contrário, diz que há aqui extensões de normas que são injustificadas. Considera que o Regimento deve ser pedagógico, não é preciso “andar com livros às costas porque agora até há internet e tudo”. Acrescenta que “tem que se optar é entre fazer as remissões do Regimento para a lei geral, ou remissões internas dentro do Regimento. Se for nesse sentido, pedagógico, de ajudar o interpretador do Regimento, é ir à lei geral consubstanciar a sua leitura óptimo. Não me parece que colida com o parecer da comissão jurídica da ANMP, basicamente é isso.”

Admite que em sede de Comissão Permanente foram alteradas duas folhas, mas que lhe passou completamente despercebido de que teria de comunicar até ao meio-dia de segunda-feira se houvesse mais alguma alteração a sugerir. E para terminar, acrescenta que, mesmo que se tivesse apercebido, não se sentia a tal obrigado porque não está em pleno direito na Comissão Permanente e que espera que a revisão do Regimento corrija esse assunto.

O **Presidente da Mesa**, tentando mais uma vez esclarecer o membro Armando Carvalho, diz que o mesmo vai às reuniões da Comissão Permanente porque a lei o manda ouvir sobre a ordem de trabalhos, e que a cortesia é do conjunto dos elementos dessa Comissão, que permitem que lá esteja e dê a sua opinião, embora o que diga não fique em acta porque o não é efectivamente membro da Comissão Permanente. E mais uma vez explica que não o é porque a lei diz que só os líderes dos grupos municipais é que fazem parte da aludida Comissão.

O membro **Santos Silva** pede desculpa ao Presidente da Mesa porque não se apercebeu, na reunião da Comissão Permanente que teria de comunicar as sugestões até segunda-feira. Justifica-se com o facto de, em simultâneo, estar a decorrer outra reunião na mesma sala, o que perturbou altamente trabalhos.

Interpela o membro José Nogueira, perguntando-lhe se até agora tem havido anarquia no método utilizado para as intervenções. Diz mesmo que assim, com tal afirmação, até põe “em cheque” o Presidente da Assembleia,

porque foi necessário mudar o regimento para que não houvesse anarquia nas inscrições. Acrescenta que assume a responsabilidade da falta de comunicação dentro do grupo do PSD, no que respeita à indicação até segunda-feira de possíveis alterações. Informa ainda que mantém o que referiu na intervenção anterior.

O membro **José Nogueira** diz que “Anarquia é um regime tópico mas não deixaria de ser mau porque então todos teríamos capacidade para nos governar a nós mesmos, mas isto é uma utopia e como utopia que é, possivelmente nunca conseguiremos alcançar.” Esclarece que não disse que eram anárquicas as intervenções, disse que eram anárquicas as inscrições, não por culpa da Mesa mas sim por culpa dos próprios deputados.

O Presidente da Mesa discorda dizendo que não considera anárquicas, nem as intervenções, nem as inscrições. Esclarece que a sua percepção, a percepção da Mesa é totalmente diferente da dos restantes membros pois está de frente para o plenário. A qualificação que daria, é que “são, para ser bondoso, estratégicas”. No entanto, essas estratégias “caiem-lhe muito mal” porque fazem com que a atitude das pessoas que querem usar da palavra, na sua leitura estética, não seja adequada ao nível do órgão que se está a conduzir. Daí a necessidade de se aplicar a disciplina do Parlamento, onde de facto os tempos e as inscrições são feitas em termos da representatividade numérica dos grupos parlamentares.

Seguiu-se a votação que num universo de 35 votantes, com a ausência dos membros Rui Marrucho e Alberto Vilas, registou as abstenções do Grupo Municipal do PSD e do membro da CDU e 00 votos contra, sendo pois **Aprovado por maioria.**

3º Ponto - Informação da actividade desenvolvida no âmbito da Comissão Municipal Multidisciplinar Integradora. (ANEXO III)

Usa da palavra **Jorge Gama** para dar conta do ocorrido na reunião do Conselho Fiscal da ANMP, realizada a 13 do corrente, na sede da Instituição, em Coimbra:

1º - A eleição, nos termos estatutários, dos cinco vice-presidências do Conselho presidido por Vitor Borrego, presidente da Assembleia Municipal de Palmela, eleito pela CDU, confirmou a seguinte composição: pelo PSD, três vice-presidentes – os presidentes das Câmaras de Trancoso, Câmara de Lobos e Portalegre; e pelo PS, dois vice-presidentes – o presidente da Câmara de Praia da Vitória e eu próprio.

2º - Na referida reunião, foi emitido parecer favorável sobre o Relatório e Contas de 2005 que, de resto, contam com o visto do Tribunal de Contas que, apesar de não ser obrigatório, é sempre solicitado e curiosamente pago pela ANMP.

3º - Emitido parecer favorável sobre o Plano de Actividades e Orçamento para 2006, ressaltando o “desafogo” financeiro da Associação e a ambição programática espelhada nesses documentos.

4º - Abordados vários assuntos relevantes ao Poder Local, que constam do documento de trabalho a todos vós distribuído, e que espelha quer as propostas do Ministro de Estado e da Administração Interna quer as propostas e posições da ANMP. Do meu ponto de vista, grato é sublinhar que, de acordo com o sentimento transmitido pelo secretário – geral, nunca foi tão excelente o ambiente de relacionamento da ANMP com o Governo, como aquele que se respira na actualidade, o que constitui um bom presságio para a abordagem e resolução dos problemas que afectam o Poder Local.

O documento em causa debruça-se sobre os mais diversos domínios, que dariam certamente lugar a um intenso debate, porventura noutra sede, mas, dentre todos, permitam uma breve nota sobre dois aspectos:

4.1. – Oxalá seja célere o processo de revisão do Regime do Associativismo Intermunicipal, designadamente das entidades criadas nos termos das Leis n.ºs 10/2003 e 11/2003, de 13 de Maio, e que o mesmo conduza à eliminação daquilo que eu chamo uma “barbaridade” cometida no nosso distrito com a criação de duas comunidades que, em vez de muscularem o corpo regional, o debilitam, retirando-lhe poder organizativo e reivindicativo;

4.2. – Formular o desejo de que o programa das comemorações do 30º Aniversário do Poder Local sirva para mostrar à opinião pública o muito de positivo que a Administração Local e os eleitos locais tem feito no e pelo nosso Portugal democrático. E, já agora, oxalá este ano de comemoração possa registar também a alteração da lei eleitoral autárquica que conduza a um exercício mais eficaz ainda desse Poder, que na componente Executiva carece de rigoroso e permanente acompanhamento político, sendo efectivamente fiscalizado por órgãos renovados nas suas composições, atribuições e competências.

5º - Dar-vos finalmente conta da decisão do Conselho Directivo reunir, no mandato em curso, pelo menos uma vez em cada um dos distritos, aproveitando a ocasião para dar visibilidade mediática ao que o Poder Local de relevante tem feito nos respectivos municípios. No ano em curso, essas reuniões terão lugar, sequencialmente, em Bragança (Março), Beja (Abril), Ponta Delgada (Junho), Viseu (Setembro) e Monchique (Outubro). E, já agora, a informação de que o próximo congresso da ANMP se realizará nos Açores.

Muito obrigado e, naturalmente, estou à disposição de todos para eventuais esclarecimentos.”

Segue-se **Conceição Pereira** que diz que no que se refere à Comissão Municipal para Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho,” esta comissão reuniu no Porto, no dia 27 de Janeiro para apreciar o pedido de instalação na Vila de Valença, do estabelecimento comercial do ramo alimentar, da insígnia Mini Preço. Como podem ver na acta da reunião que se encontra na documentação entregue para esta Assembleia, este pedido foi reprovado com base na proposta apresentada pela Direcção Regional de Economia. Para além desta proposta,

Assembleia Municipal – Acta n.º 4
Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 2006

também a Câmara Municipal decidiu pela não aprovação da localização pretendida, por existirem no projecto apresentado, diversas desconformidades com o loteamento aprovado quanto à área de rés-do-chão previsto no loteamento para comércio a retalho, quanto à mancha de ocupação, bem como quanto às dimensões dos espaços destinados a comércio a retalho. Caso alguém queira mais algum esclarecimento, poderá consultar todo o processo que se encontra à vossa disposição no Secretariado de Apoio desta Assembleia.”

Intervém, de seguida, **Lígia Pereira**, que informa que no dia 16 de Janeiro a Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens em Risco reuniu. Nessa reunião, na qual estiveram presentes os membros representantes desta Assembleia, foram dados a conhecer os casos de intervenção e os processos (todos eles na informação distribuída).

Menciona ainda que o plano de actividades prevê que se incida mais na identificação de novos casos e na divulgação de famílias de acolhimento e afecto. Considera que este último é um facto que se deve salientar. Com efeito, diz que se chegou à conclusão de que é necessário, para bem das crianças do concelho, a criação de uma bolsa ou um grupo de famílias de acolhimento. E justifica que a criação dessa bolsa, aqui no Concelho, permitiria que não se tivesse que desenraizar as crianças, nomeadamente as que são retiradas às famílias.

Solicita que analisem as situações que são apresentadas e que contribuam na divulgação para que surjam mais famílias de acolhimento. Informa que dentro da própria Comissão há uma comissão para a divulgar junto dos professores e dos grupos desportivos.

Refere que se constatou também nessa reunião que se está cada vez mais a receber gente de outras culturas, de outros países, é a chamada diversidade cultural, a globalização. Tem de se estar alerta e saber acolher e integrar estas pessoas, ajudar na educação desses filhos, esses filhos que vão acabar por ser cidadãos no nosso país para sempre.

Termina dizendo que ainda há muito para fazer, apesar do muito que se tem feito, os casos menos graves são logo “tratados” pela Comissão restrita o que demonstra que há uma intervenção precoce. No entanto, pode-se melhorar ainda mais, nomeadamente a nível das parcerias. Se se conseguir essa melhoria, com certeza que os objectivos também serão muito maiores e mais grandemente alcançados.

Usa da palavra o **Presidente da Câmara**, que refere que teve uma reunião com o senhor Secretário de Estado da Juventude e Desporto, em Lisboa, sobre esses problemas com a comunidade juvenil. Refere ainda que se está a fazer diligências de forma a conseguir trazer um Centro Jovem para Valença, cuja localização, caso seja aprovada pela Secretaria de Estado, será onde estão os actuais estaleiros. Está convicto de que esta não será a solução para o problema, mas ajudará, com certeza, a resolver algumas situações. Explica que o funcionamento destes espaços está numa fase relativamente embrionária, há vários exemplos que estão a correr bem, outros estão em avaliação. Considera que esta aprovação seria importante e que o que Lígia Pereira afirmou justifica inteiramente a necessidade de Valença ter este espaço.

Segue-se **Salustiano Faria** que começa por esclarecer o porquê da documentação não ter a assinatura de todos os membros da CAAS. Explica que o relatório já estava elaborado aquando da reunião. No entanto, o mesmo mereceu parecer favorável e unânime de todos os elementos da Comissão.

Refere que a Comissão constatou que, em relação à administração anterior, foram recebidos de uma maneira muito diferente, muito melhor. Deram-lhes resposta a todas as questões, mostraram-lhes documentação, em suma, vieram bem esclarecidos. Mesmo a nível das condições de trabalho, diz terem notado uma grande evolução. Não pretende, contudo, afirmar ou demonstrar que a localização do aterro é a correcta, que ali deve continuar, apenas pretende afirmar que se constatou, com esta visita, que houve uma série de alterações para melhor. Salienta o facto de se terem apontado algumas imperfeições, e remete para a acta da Comissão, e promete que esta mesma Comissão que representa não irá dar tréguas à administração do Aterro.

Realça o trabalho desenvolvido pela Dr.^a Sílvia, que apesar de não ser de Valença, se tem mostrado disponível e empenhada no trabalho desenvolvido pela Comissão.

Prossegue a sessão com a intervenção de **Inês Ferreira** que começa por dizer que “ainda bem que a Dr.^a Lígia fez uma intervenção à cabeça, porque nos explicou, pelo menos a todos os membros desta Assembleia, o que eram aquelas folhas que aparecem a par do vosso relatório, porque provavelmente dos que estamos aqui, só a Dr.^a Maria do Carmo e eu é que reconhecemos facilmente o que aquilo é.” Continua dizendo que, realmente, o que é apresentado é um relatório da comissão, no entanto, supõe que seja do ano anterior, porque na reunião de Janeiro não foi elaborado nenhum. Nessa reunião o que se fez foi aprovar o Plano de Actividades.

Refere que esta é uma matéria que a preocupa, porque tal como sabem todos os que conhecem a realidade deste concelho, nomeadamente a Dr.^a Lígia e o Dr. Veríssimo que são seus colegas, professores, de facto a problemática dos adolescentes e dos jovens tem que levar não só a uma reflexão séria, mas a começar a tomar medidas.

Diz ter ficado contente com a notícia relativa ao Centro de Juventude. Contudo considera que serão necessárias medidas complementares.

Declara ter ficado chocada, tal como, com certeza, ficaram todos os que ouviram a notícia do espancamento de um homem nas mãos de um grupo de adolescentes problemáticos. Refere que também em Valença, já se vai sentindo o desgosto e a impotência de não conseguir ajudar adolescentes e jovens em situações graves e com percursos familiares complicados.

Questiona e pede que se reflecta sobre o que se tem para oferecer aos jovens em Valença e refere, apenas temos algumas modalidades desportivas, com esforço de muita gente voluntária; uma associação, que é o agrupamento 453 do

Assembleia Municipal – Acta n.º 4
Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 2006

Corpo Nacional de Escutas, em regime de voluntariado, (passou por lá e sabe o trabalho que têm os dirigentes); e como alternativa há bares, muitos bares...

Intervém **João Dias** que sobre o aterro sanitário assume que tinha uma ideia errada sobre o mesmo. No entanto, apesar de vir convencido de que está a funcionar melhor do que pensava, constatou que há uma grande morosidade em rectificar as anomalias que considera serem erros técnicos. No tocante à impermeabilização dos taludes e à drenagem de águas pluviais, ainda está por concluir, e o aterro está no seu final de vida. Diz que quando estas anomalias chegarem à sua conclusão de rectificação, o aterro sanitário chegou ao seu limite de vida. Diz ainda que esta comissão tem à sua frente um trabalho muito árduo pois irá ter no seu mandato, o final de vida deste aterro sanitário. Conforme foi distribuído aos membros da CAAS, a “bíblia” que regulamenta o aterro sanitário diz que vai haver muito trabalho de acompanhamento após o seu fecho.

Refere ainda que a área envolvente ao aterro sanitário, no que diz respeito à sua vegetação, não tem qualquer sintoma de afectação, verificam-se lá áreas verdes, com musgo e erva maravilhosa o que a seu ver significa que, na realidade, o aterro sanitário não está a poluir tanto como se diz.

Usa da palavra **José Nogueira** que pergunta ao senhor presidente da CAAS se o membro da COREMA continua a faltar. Se continua, pensa que será altura de, talvez, repensar a participação de entidades convidadas. Pergunta ainda se foram respondidas as questões colocadas anteriormente, relativamente aos níveis de poluição.

Em resposta, **Salustiano Faria** informa que o representante da COREMA continua sem comparecer às reuniões, na sua opinião talvez porque este trabalho não é acompanhado pelas televisões.

Em relação à segunda questão diz que os valores não fogem ao que a lei exige. Diz ter recebido também um “*dossier* muito jeitoso e muito bem elaborado” e que qualquer elemento da comissão, mesmo não sendo técnico do ambiente, consegue fazer a sua leitura.

Antes de encerrar este ponto o **Presidente da Mesa** sugere uma alteração na metodologia, nomeadamente, e apesar de seguramente todos terem gostado de ouvir o testemunho do senhor João Amorim Dias, não lhe parece de todo correcto a sua intervenção pois as explicações devem ser todas da responsabilidade do presidente da CAAS.

A propósito da intervenção da colega Inês Rita Ferreira, diz que esta é uma matéria que preocupa a todos e que essa preocupação hoje, pelo menos quem segue de perto a comunicação social, jornais, televisão e rádio, sabe que está seriamente instalada na tutela. Essa preocupação instalou-se provavelmente por terem ocorrido alguns problemas em algumas comissões espalhadas pelo país e que em consequência colocaram em destaque as fragilidades das comissões. Refere que o rol de questões que apontou, desde logo se enquadram, as suas propostas obviamente que são ricas no sentido que se se materializassem, traziam mais e melhores meios para a protecção das crianças e jovens. Acrescenta ainda que ouviu uma entrevista à Secretária de Estado da tutela e tudo o que ela disse e as questões que lhe foram colocadas foram muito interessantes, mas de tudo o que ela disse duas coisas gostaria de transmitir a todos. Em primeiro lugar, ela reuniu com todas as comissões do país, nas sedes dos dezoito distritos e apercebeu-se de que realmente é uma problemática que não pode ser vista isoladamente, mas transversal e articuladamente. Em segundo lugar, referiu que os profissionais, (porque uma das queixas que é muitas vezes formulada, é que as comissões não estão profissionalizadas) são realmente profissionais destacados pelas suas entidades de origem. O problema reside na falta de tempo que têm para dedicar às comissões.

Antes de terminar, informa que também teve conhecimento de que, para além dos recursos financeiros normais das comissões, existe também (e nem sempre é utilizado, e extingue-se porque não transita de um ano para o outro), um fundo financeiro que pode ser utilizado em casos, que seguramente o normativo correspondente vigiará.

O **Presidente da Mesa**, quando eram 13h55m, agradeceu a todos os presentes e deu por encerrados os trabalhos. Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente acta, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Jorge Gama**, e pela 2ª Secretária, **Maria Margarida Lobo Soares Romeu Rodrigues**.

O Presidente da Mesa,

A 2ª Secretária,
